

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 do Instituto Federal do Rio Grande do Sul foi construído tendo como marco legal a Lei 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação das Instituições de Ensino Superior, Lei 11.892/2008 que trata da Criação dos Institutos Federais; o Decreto 9.235/2017 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino; o Decreto 9.057/2017 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional; a Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017 que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino; portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017 que trata sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC; e, a Portaria Normativa nº 22, de 21 de dezembro de 2017 que trata sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino.

Todo o processo de construção do PDI 2019-2023 foi realizado de forma democrática e participativa buscando fazer a escuta da comunidade de todos os Campi e Reitoria. A construção foi iniciada no mês de agosto de 2017 com o levantamento da legislação e dos dados referenciais que normatizam a construção do documento. No mês seguinte, foi realizada a primeira capacitação sobre PDI intitulada “PDI 2019-2023: construindo o futuro do IFRS”. Nesta capacitação foi abordada a metodologia de elaboração utilizada para a construção do PDI do Instituto Federal de Santa Catarina, o qual fez uso da ferramenta Balanced Scorecard. Assim, tendo como base o caso relatado o Comitê de Desenvolvimento Institucional do IFRS elaborou a metodologia a ser adotada para a construção do

PDI do IFRS, a qual foi aprovada pelo Conselho Superior do IFRS no mês de dezembro do mesmo ano. Na metodologia aprovada previa-se que a construção do PDI se daria ao longo do ano de 2018 e no ano seguinte, 2019, seriam feitas as revisões do Projeto Pedagógico Institucional, bem como da Organização Didática. Portanto, vale destacar que este documento apresenta o PPI que ainda passará por uma revisão.

A estrutura das comissões para elaboração do PDI está demonstrada na Figura a seguir.

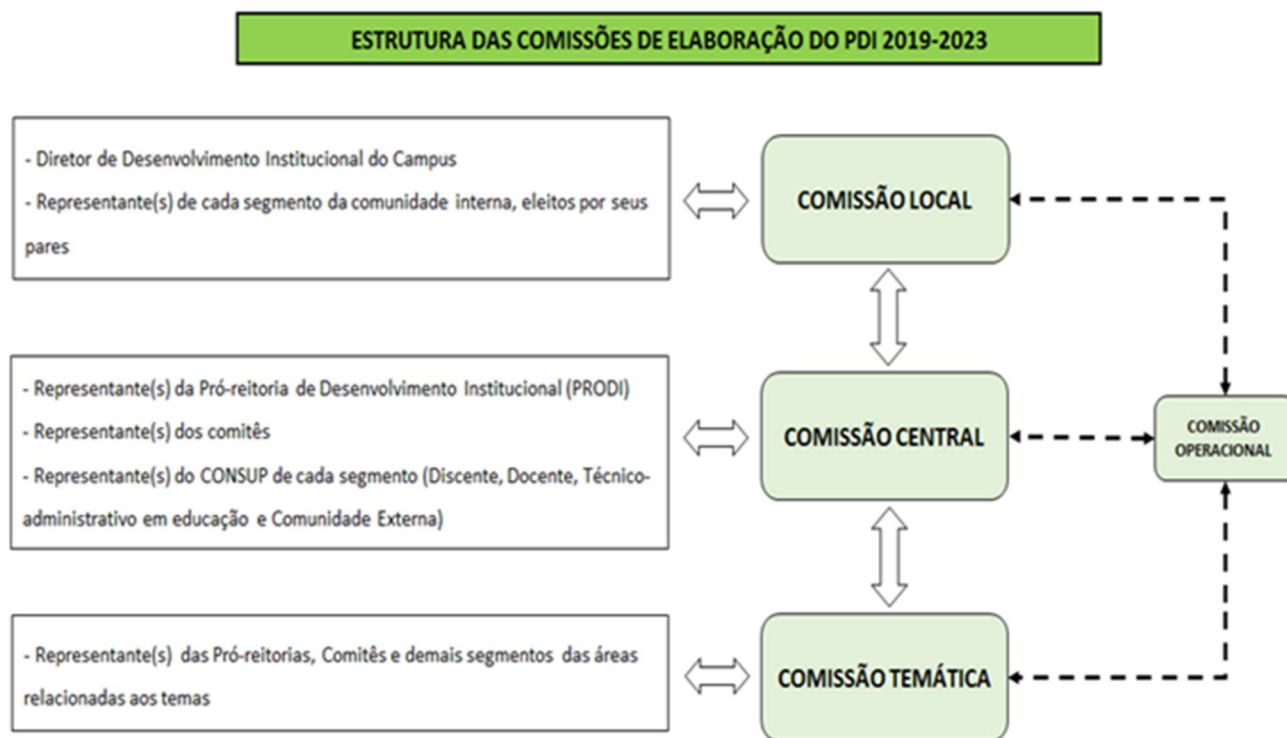


Figura – Estrutura das comissões de elaboração do PDI

No mês de janeiro de 2018 são formadas as comissões central, operacional e temáticas que iniciam suas atividades em fevereiro de 2018 realizando um diagnóstico do PDI 2014-2018. Em março de 2018, ocorre o seminário de lançamento do PDI no qual ocorre uma capacitação dos servidores sobre mapas estratégicos. Em abril ocorre a pesquisa “Atuação do IFRS” proposta pela Comissão Temática “Perfil Institucional e Planejamento Estratégico” (CT PIPE), como ferramenta de diagnóstico para apoiar as discussões para elaboração do PDI 2019-2023. A pesquisa ficou disponível por cerca de 3 semanas e contou com 566 respondentes dos 17 campi do IFRS e Reitoria, incluindo servidores, alunos e comunidade externa. Cabe destacar que o objetivo não foi realizar um levantamento exaustivo, com amostragem definida e validade científica; apesar disso o diagnóstico teve procedimentos de coleta

e análise de dados definidos e embasados na literatura e dados que podem ser validados por outros instrumentos, utilizando triangulação.

Para o PDI 2014-2018, a principal ferramenta de diagnóstico foi a matriz SWOT, realizada a partir de Seminários de Planejamento nos campi, que tinham o intuito de apresentar a metodologia do PDI, tirar dúvidas e também coletar informações. No caso do PDI 2019-2023, a CT PIPE entendeu que, em um ano no qual a Rede Federal completa 10 anos, seria importante uma reflexão sobre a atuação do IFRS, com a participação de comunidade interna e externa. Assim, foi escolhida uma pesquisa aberta, que pudesse ser amplamente acessada e permitisse lançar luz sobre o que marcou até o momento o IFRS, o que precisa ser fortalecido e o que ainda precisamos desenvolver enquanto instituição.

No mês de maio de 2018 ocorre uma nova capacitação, agora para as comissões locais. Nesta capacitação é apresentado o resultado da pesquisa de atuação. Tendo como base os temas estratégicos definidos pela decomposição da missão, assim como os resultados da pesquisa de atuação, os participantes da Capacitação foram divididos em 4 salas. Cada sala era responsável pela construção dos objetivos baseando-se nos temas Indissociabilidade e Verticalização, Formação Cidadã, Reconhecimento e Excelência Acadêmica e Sustentabilidade. Após essa construção os grupos trocavam de sala e discutiam os objetivos construídos pelo grupo anterior. Por fim, todos os grupos teriam passado por todas as salas. De posse dos resultados, a Comissão de Perfil Institucional e Planejamento Estratégico se reuniu e consolidou os objetivos construídos elaborando um primeiro mapa estratégico. Este mapa foi enviado para a Comissão Central que o consolidou e definiu o mapa estratégico final a compor o PDI no capítulo de Planejamento Estratégico. Neste momento, também foram redefinidas as perspectivas que passaram a ser nomeadas de Resultados Institucionais, Pessoas e Conhecimento, Processos e Orçamento. Foram definidos os indicadores para cada objetivo, assim como o detalhamento e descrição dos objetivos estratégicos.

Construído o mapa estratégico o mês de junho, junho e agosto é realizada uma pesquisa por meio de um formulário on line para o levantamento de proposta de iniciativas. Juntamente ao formulário o scampi, por meio de suas comissões locais, organizam planárias com seus servidores, estudantes e alguns *campi* ainda convidam membros da comunidade externa com o mesmo objetivo de levantamento de iniciativas. Este momento caracterizou-se pela ampla participação da comunidade que pode discutir e conhecer os objetivos estratégicos, o mapa estratégico, a missão, a visão e os princípios institucionais. Ao final as comissões locais consolidaram relatórios com as propostas de iniciativas que

juntamente com as propostas coletadas no formulário on line somaram em torno de 400 iniciativas. As mesmas foram compiladas e são apresentadas no Capítulo de Planejamento Estratégico. Buscou-se reduzir para iniciativas de âmbito institucional. Porém, cabe destacar, que as iniciativas foram muito relevantes e poderão ser utilizadas pelos *Campi* em seus planos de ação.

Paralelo à realização da coleta das iniciativas, é iniciado o trabalho das comissões temáticas. Tendo como referencial o mapa estratégico e o diagnóstico do PDI 2014-2018, cada comissão inicia a construção de seu capítulo, assim como o levantamento de informações que necessitará dos campi. Então, no mês de agosto ocorre o encontro das comissões com o objetivo de apresentar o andamento dos trabalhos no scampi em relação às iniciativas, assim como para que cada comissão temática apresente as propostas construídas até o momento e faça novas demandas de informações aos campi. Ao final deste encontro as comissões locais retornam aos campi com novas demandas relacionadas aos assuntos estudantis, oferta de cursos e vagas e infraestrutura.

No início do mês de setembro são enviados os resultados das demandas de assuntos estudantis, oferta de cursos e vagas e infraestrutura e as comissões temáticas finalizam seus trabalhos. Na última semana de setembro a Comissão Central finaliza o PDI e encaminha para consulta pública. O document é disponibilizado on line juntamente com um instrumento que permite que a comunidade (servidores e estudantes) faça suas críticas e sugestões. Ao final a comissão central avalia os apontamentos recebidos e encaminha o PDI no início do mês de novembro para ser avaliado pelo Conselho Superior.